



2º SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE DEMOCRACIA E DESIGUALDADES

Brasília, 7 a 9 de maio/2014

DIFERENÇA ÉTNICA E TEORIA POLÍTICA

DAIANA LOPES DIAS¹

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo verificar os indicadores de sustentação do regime democrático a partir da declaração étnica do cidadão brasileiro. As informações foram obtidas no banco de dados da *Corporación Latinobarómetro* para o ano de 2010. Para atingir o objetivo foram realizados cruzamentos da variável de declaração étnica do entrevistado com as variáveis sobre a sustentação da democracia. O problema de pesquisa é: Existe diferença de atitudes e comportamentos em relação à democracia considerando a etnia da população estudada? Parte-se da hipótese de que os cidadãos brasileiros têm uma percepção diferenciada acerca da democracia. Concluiu-se que, embora todas as etnias declaradas (asiático, branco, indígena, mestiço, mulato e negro) tenham uma preferência pela democracia perante outros regimes, existe uma diferença quanto a sua satisfação com o regime democrático que decorre do contexto histórico.

Palavras-chave: cultura política, democracia, etnia.

Abstract: This study aims to verify the support indicators of democracy according to ethnic declaration of Brazilian citizens. Information was obtained from the Latinobarometer Corporation database for the year 2010. The crossing of the variable Ethnic Declaration of the respondent and the variables on support for democracy will be performed in order to achieve the study objectives. The research problem is: Is there any difference in attitudes and behaviors toward democracy considering the ethnicity of the population studied? The hypothesis was that Brazilian citizens have a different perception about democracy. Although all ethnicities reported (Asian, white, indigenous, mestizo, mulatto and black) prefer democracy than other regimes, still there is a difference in the satisfaction with the democratic system that follows the historic context.

Keywords: political culture, democracy, ethnicit

¹ Universidade Federal de Pelotas– UFPel

Introdução

Com o fim das ditaduras militares na América Latina e a redemocratização, cientistas sociais e políticos passaram a se preocupar com a sustentação do regime democrático nesses locais. Muitos dos estudos adotaram uma linha institucionalista, como: Daniel Chasquetti (2008) que debate qual desenho institucional favorece a estabilidade da democracia; Linz (1991) que defende o parlamentarismo; e Mainwaring e Shugart (2002) que censuram as críticas publicadas ao presidencialismo.

No entanto, tem-se percebido que as abordagens institucionalistas não têm conseguido esclarecer questões relacionadas à estabilidade política de alguns países da América Latina, como é o caso do Brasil, em que encontramos apoio ao regime democrático, ao mesmo tempo em que a desconfiança nas instituições se faz presente. (BAQUERO, 2003; MOISES, 2008).

Dada à relevância da abordagem cultural acerca da ciência política e percebendo que tal estudo pode contribuir para entendermos determinados comportamentos do cidadão brasileiro, que tão somente a perspectiva institucionalista não pode responder, é que o presente trabalho almeja examinar: Existe diferença de atitudes e comportamentos em relação à democracia considerando a etnia da população estudada? Parte-se da hipótese de que os cidadãos brasileiros têm uma percepção diferenciada acerca da democracia. Embora todas as etnias declaradas (asiático, branco, indígena, mestiço, mulato e negro) tenham uma preferência pela democracia perante outros regimes, existe uma diferença quanto a sua satisfação com o regime democrático, que decorre do contexto histórico de servidão, escravidão e imigração de cada etnia.

1. Cultura política

Cultura política é um conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que norteiam o comportamento de um indivíduo ou grupo em direção a um determinado posicionamento político. Conceitos como esse passaram a ser elaborados a partir da década de 60 por autores clássicos, como Gabriel Amond, Sidney Verba e Ronald Inglehard, que deram origem a uma

abordagem cultural da ciência política. Para Gabriel Almond, a “cultura política”, “[...] se refere às orientações especificamente políticas atitudes para com o sistema político e suas diversas partes, e atitudes para com seu próprio papel no sistema. [...]” (ALMOND e VERBA, 1963, p. 13 e 14).

A cultura política é foco de estudos no Brasil desde a redemocratização, sendo as literaturas mais notórias têm sido elaboradas por José Álvaro Moises e Marcello Baquero. Segundo José Álvaro Moises, a “cultura política” “[...] refere-se a uma variedade de atitudes, crenças e valores políticos [...] que afeta o envolvimento das pessoas com a vida pública” (2008, p.16).

Moises (2008), assim como Baquero e Prá (2007), seguem uma linha que defende uma influência mútua entre a cultura política e a estrutura institucional. Dessa forma, Baquero e Prá definem cultura política como: “[...] o conjunto de crenças e valores que os cidadãos incorporam ao longo do tempo, e sua capacidade de adaptar esses comportamentos [...] para alcançar determinados objetivos [...]” (2007, p.19). Baquero e Prá (2007, p. 11) acrescentam ainda que a cultura política precisa abranger ao contexto histórico de uma determinada sociedade para, assim, conferir se esses fatores cooperam ou não para manutenção da democracia.

2. Eventos históricos na concepção da cultura política brasileira

Partiremos agora por contextualizar a presença das diferentes etnias residentes no Brasil. Os índios são os habitantes nativos do Brasil e, em virtude da ocupação dos portugueses nas terras brasileiras, tiveram que realizar forçadamente trabalho escravo e servil. Conforme Mariategui (2005), os colonizadores justificavam a dominação dos povos indígenas alegando que os mesmos eram inferiores e primitivos.

Após as tentativas de utilizar a mão de obra indígena, os portugueses importaram africanos para a inseri-los no trabalho escravo. Segundo Aníbal Quijano (2005), a concepção de raça surgiu com a colonização, desenvolvida e aplicada para legitimar os direitos de domínio. Por conseguinte, vieram os imigrantes italianos, alemães, japoneses e chineses para que fizessem o trabalho assalariado.

É importante destacar que antes da colonização da América por Cristóvão Colombo o conceito de raça humana não existia. Com a consolidação da dominação, a classificação racial determinava a posição social, criando uma nova estrutura de controle de trabalho (QUIJANO, 2005). Isso ocasionou uma desigualdade econômica e social entre as raças que persiste no Brasil até a contemporaneidade e que reflete no comportamento político do cidadão brasileiro.

3. Dados analisados da *Corporación Latinobarómetro* acerca da democracia conforme a etnia

Tendo como objetivo a verificação de indicadores da sustentação do regime democrático a partir da declaração étnica do cidadão brasileiro, buscou-se fazer uma análise de informações obtidas através do banco de dados da *Constitución Latinobarómetro* para o ano de 2010 que dizem respeito aos índices de apoio e satisfação, cruzando-os com a declaração étnica de 1.204 entrevistados, com o intuito de verificar se existe diferença de atitudes e de comportamentos em relação à democracia.

Tendo em vista a baixa amostra de entrevistados que se declararam asiáticos, de 1.204 entrevistados há apenas 2 asiáticos, não foram feitas significativas considerações acerca desse grupo, visto que seria preciso um número maior de entrevistados para estabelecer afirmações mais precisas.

Dos grupos étnicos analisados os negros são os mais favoráveis a uma possível instauração de um governo autoritário. Comparando o índice de satisfação com os de outros grupos, os negros são uns dos menos satisfeitos, seguidos dos mulatos. Os negros e os indígenas são os grupos que classificam com maior expressão o desenvolvimento democrático como sendo “não democrático”. No que tange a confiança nas instituições abordadas, eles pertencem ao grupo que mais confia no Congresso, nos partidos políticos e no Governo.

Os dados demonstram que os indígenas são os que menos apoiam o regime democrático. Diferentemente dos negros, os indígenas, perante todos os grupos, são os que menos confiam no Congresso, nos partidos políticos e no Governo.

Os mestiços, em termos de satisfação, de todos os grupos analisados, são os mais satisfeitos com o funcionamento do regime democrático. Em relação à confiança nas instituições políticas, os mestiços não confiam no Congresso e nos partidos políticos. Porém, confiam no Governo.

Os mulatos são os menos satisfeitos com o funcionamento do regime democrático. Confiam no Congresso e no Governo, mas não confiam nos partidos políticos.

Finaliza-se a análise com os dados dos brancos, constatando que são os que mais apoiam e os que mais estão satisfeitos com a democracia no Brasil. No que tange a confiança, os brancos não confiam no Congresso, não confiam nos partidos políticos, porém confiam no Governo.

Considerações finais

Considerando os dados apresentados ao decorrer do estudo, conclui-se que o grupo negro confia mais nas instituições abordadas do que os demais grupos analisados, assim como é o mais favorável à instauração de um Governo autoritário no Brasil, em algumas circunstâncias. Não se notou diferença em relação à satisfação dos entrevistados quanto à democracia, mas há algumas discrepâncias, principalmente da parte dos indígenas, visto que é o grupo que mais desconfia das instituições políticas abordadas, possuindo um índice de desconfiança de 60,0% para o Congresso, de 79,3% para os partidos políticos e de 53,3% para o Governo.

Referências Bibliográficas

ALMOND, Gabriel and VERBA, Sidney (1963). **The civic culture: political attitudes in democracy in five nations.** Boston & Toronto: Little, Brown and Co.

BAQUERO, Marcello (2003). Construindo uma outra sociedade no Brasil. O papel do capital social na estruturação de uma cultura política participativa. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nº 21, p. 83-108, nov.

BAQUERO, Marcello e RÁ, Jussara Reis (2007). **A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

CHASQUETTI, Daniel. Instituciones, democracia y colaciones em América Latina In: Idem. **Democracia, presidencialismo y partidos políticos em América Latina: evoluandola “difícil combinación”**. Montevideo: ICP-UDELAR, 2008. [p.18-43]

LATINOBAROMETRO, Corporação. Banco de dados. Disponível em:<<http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>>. Acesso em: 08 de janeiro de 2014.

LINZ, Juan. (1991). Presidencialismo ou parlamentarismo: faz alguma diferença? In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). **A Opção parlamentarista**. SP: Sumaré. P.61-120

MARIÁTEGUI, José Carlos (2005). **Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

MAINWARING, Scott/SHUGART, Matthew. (2002) Presidencialismo y democracia en América Latina: revisión de lostéminosdel debate In: Idem (org.). **Presidencialismo y democracia em América Latina**. Buenos Aires: Piados.

MOISÉS, José Álvaro. (2008). Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **RBCS**. São Paulo, V 23, N 66, Fevereiro, p. 11-43

_____ (2010). **Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Colección SurSur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005. P. 227-278. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>